

Índice

Introdução.....9

Capítulo I - Delineando o problema

1. Alguns casos: apelo à sua relevância jurídico-penal.....12
2. Os dados legais, jurisprudenciais e doutrinários. A assunção do problema como problema de interpretação (remissão para o Cap. II, 1.4.).....16

Capítulo II - Defesa da admissibilidade da responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas por cumplicidade no direito penal português

1. Responsabilizar *porque?* Os argumentos20
1.1. *Tendência* para a admissibilidade da *responsabilidade criminal das pessoas colectivas por cumplicidade* no direito internacional e a sua *afirmação* no direito estrangeiro (*maxime* em França).....20
1.2. Argumentos político-criminais26
1.3. Argumentos dogmáticos: as capacidades de acção e de culpa *típicas do cúmplice*. Breve referência à imputação subjectiva.....32
1.4. A interpretação permitida pelo princípio da legalidade da intervenção penal: os argumentos interpretativos mobilizados no plano do ordenamento jurídico nacional.....37
1.4.1. O argumento jurídico-constitucional37

1.4.2. O argumento gramatical: quadro-limite da interpretação permitida pelo princípio da legalidade.....	38
1.4.3. O argumento sistemático.....	40
1.4.4. O argumento teleológico(-funcional).....	41
1.4.5. O argumento histórico: uma perspectiva diacrónica (em especial o significado da reforma operada pela Lei n.º 59/2007, de 04/09).....	42

Capítulo III - *Delimitação* da admissibilidade da responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas por cumplicidade no direito penal português

1. Responsabilizar <i>quem</i> ?.....	44
1.1. As pessoas colectivas e equiparadas que podem ser responsabilizadas por cumplicidade.....	44
1.2. Pressuposto formal e pressupostos materiais da imputação subjectiva do acto de auxílio à pessoa colectiva (remissão para 2.2.).....	49
2. Responsabilizar por que tipos de auxílio prestado a que crimes?	55
2.1. Responsabilizar por auxílio a que tipos de ilícito?.....	55
2.2. Responsabilizar <i>por que tipos de auxílio</i> ? Prestado a crimes de <i>que natureza</i> ? Através de <i>que critério de imputação do facto no plano objectivo e de que critério de imputação subjectiva</i> ?	56
3. Síntese dos <i>passos a dar</i> para efectivar a responsabilidade criminal da pessoa colectiva por cumplicidade (requisitos legais e doutrinários).....	61
4. Responsabilizar <i>como</i> ? Consequências da responsabilidade criminal da pessoa colectiva por cumplicidade.....	65

Conclusão

Delineando respostas, levantando algumas questões	70
---	----

Anexo

Citações de Jurisprudência	79
Abstract	86
Keywords.....	90
Bibliografia.....	91
Jurisprudência.....	95
Legislação	96